

Os Estados Unidos e Cuba: Uma Agenda *Intermestics*

The United States and Cuba: An *Intermestics* Agenda

Cristina Soreanu Pecequilo*
Clarissa Nascimento Forner**

Boletim Meridiano 47 vol. 16, n. 147, jan.-fev. 2015 [p. 27 a 33]

Introdução

O ano de 2014 se encerrou com um marco: a retomada das relações diplomáticas entre Estados Unidos (EUA) e Cuba, por meio de uma decisão presidencial de Barack Obama, após mais de meio século de instauração do embargo norte-americano na Guerra Fria. Apesar do embargo permanecer vigente, a decisão representa uma quebra no intercâmbio, marcado pela distância desde a Revolução Cubana de 1959. Tal decisão detém implicações globais, regionais e internas para os EUA, pois o tema Cuba é caracterizado pela sobreposição de agendas internacionais e domésticas: o perfil “intermestics”. Tendo em vista este contexto, o artigo analisa estas agendas e o futuro da relação bilateral, a partir de uma breve contextualização histórica.

Da Independência ao Isolamento Revolucionário (1898-1989)

As histórias dos EUA e de Cuba encontram-se interligadas desde o século XIX. Para os EUA, a relação é simbólica de sua ascensão global, transformando a projeção hemisférica da Doutrina Monroe (1823) em demonstração de força. A Doutrina Monroe estabeleceu o hemisfério como zona de influência norte-americana e o compromisso com a defesa da democracia e da estabilidade. Naquele momento, os EUA não detinham mecanismos de poder para implementar a “América para os Americanos”, o que somente ocorre no final do século XIX em uma questão envolvendo Cuba.

Em 1898, os EUA deflagraram a Guerra Hispano-Americana (1898) para encerrar a condição cubana de colônia espanhola. Esta ação forjou a consolidação estadunidense como potência hemisférica, responsável pela defesa do continente contra a ingerência externa. Esse *status* garantiu aos EUA instrumentos para fazer de Cuba um de seus principais satélites e “domínio natural” (BANDEIRA, 2009). O mais notável foi a Emenda Platt, adicionada à constituição cubana em 1901/02, que permitia intervenções na ilha quando os EUA achassem necessário, reduzindo-a quase a um protetorado (PECEQUILO, 2011). Em 1903, parte de Cuba, Guantánamo, é arrendada, e passa a ser controlada pelos norte-americanos, instalando-se uma prisão militar. Cuba assistiu à troca da colonização europeia pela submissão aos EUA, o que se estendeu até os anos 1930, com a remoção da Emenda Platt e sua substituição por um acordo comercial (BANDEIRA, 2009).

* Departamento de Relações Internacionais, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), São Paulo, Brasil (crispece@gmail.com);

** Relações Internacionais, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), São Paulo, Brasil (clarissaforner@gmail.com).

A despeito disso, os EUA continuaram a sustentar sua presença na ilha, manifestando-a por meio do apoio ao governo autoritário do general Fulgêncio Batista, que chega ao poder em 1933 pela primeira vez. Batista governa de 1933 a 1944, e os EUA suspendem a Emenda Platt no contexto da Política de Boa Vizinhança, do Presidente Franklin Delano Roosevelt (PBV 1930/1945). A PBV buscava inserir um conteúdo cooperativo nas relações hemisféricas, no contexto pós-Grande Depressão (1929) e da Segunda Guerra Mundial, mudando a tática até então aplicada.

Tal tática, de ingerência e pressões econômicas que acentua a primarização das economias, não se restringia à Cuba, e representava um padrão comum às relações estadunidenses com a América Central e do Caribe (basicamente, o açúcar e o turismo eram as bases da economia cubana, fortemente dependente dos EUA). Tal padrão tinha como marcos o Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe de 1904, a Diplomacia do Dólar em 1906, e a ação militar direta no chamado “quintal”, justificadas por razões de segurança, como indica Smith (1996).

O início da Guerra Fria em 1947 representou o retorno das ações de intervenção e o congelamento da política regional. À exceção da criação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e da Organização dos Estados Americanos (OEA), respectivamente em 1947 e 1948, os EUA não apresentaram políticas específicas ao hemisfério. Na lógica da Doutrina Monroe, e da Guerra Fria, o hemisfério era “fora dos limites” da disputa bipolar com a União Soviética, e não haveria riscos ao sistema interamericano. Esta percepção ia se demonstrar equivocada e Cuba foi seu tipo ideal.

Como resultado desta hegemonia “by default” (SMITH, 1996), ou seja, vista como natural e que afastaria os inimigos, a atenção dos EUA foi direcionada aos teatros estratégicos da Europa e da Ásia, relegando a América Latina à negligência, salvo interferências. Interferências estas motivadas pela ascensão de governantes vistos como ameaça devido suas potenciais ligações com o comunismo. O que se observava na América Latina era uma crescente insatisfação com os EUA, mas que nem sempre era apoiada pela “esquerda soviética”, e sim gerada pelo descaso, pela ampliação das mazelas socioeconômicas e o desejo de autonomia e modernização. Em cada país, inclusive no Brasil, isso se manifestou de forma diferente, e levou a reações de apoio dos EUA a golpes militares e governos autoritários.

Não cabe examinar de forma abrangente estas intervenções, mas houve uma exceção ao “sucesso” das políticas para barrar governos revolucionários, e esta exceção foi Cuba. A trajetória da Revolução de 1959 inicia-se em 1952 com a volta de Fulgêncio Batista ao poder, com apoio norte-americano, e a ascensão das lideranças populares, tendo Fidel Castro, Raul Castro e Che Guevara à frente do movimento. A retirada do apoio militar norte-americano à Batista em 1958 é crucial para o sucesso da Revolução, mas, contraditoriamente os EUA não apoiam o novo governo que chega ao poder em 1959.

Esta ação deriva de tensões internas nos EUA, que indicam a sobreposição das agendas regional, global e doméstica, e a tomada de decisões muitas vezes guiada por cisões internas, em prejuízo de uma visão estratégica mais sustentada. No contexto da Guerra Fria, a ascensão de Fidel Castro ao poder foi interpretada como uma ameaça, que foi razoavelmente maximizada em alguns setores do Departamento de Estado e de Defesa, e do Legislativo. Esta maximização derivava de fatores políticos, o temor da ascensão do comunismo, e econômicos, derivados da pressão dos grupos de interesse que possuíam negócios em Cuba e temiam perder sua fonte de lucro. Castro era visto como um obstáculo, apesar de setores moderados acreditarem ser possível a cooptação.

A escolha foi pelo endurecimento no contexto de uma transição de poder interna do governo do republicano Eisenhower para o democrata John F. Kennedy. Nenhum lado desejava demonstrar fraqueza diante do risco do avanço comunista nas Américas. JFK disputou a presidência com Richard Nixon, vice de Eisenhower, cuja percepção da América Latina era de turbilhão de problemas (LOWENTHAL, 1987). Por sua vez, Kennedy apresentava a visão, de que os EUA estavam perdendo a Guerra Fria pela “porta de trás” (i.e o Terceiro Mundo

emergente a partir do fortalecimento das nações pobres e o processo de descolonização afro-asiático), e Cuba era simbólica desta inação nas periferias e, mais grave ainda, em sua periferia próxima.

Os anos seguintes à instauração da Revolução Cubana foram permeados por tensões na relação bilateral EUA-Cuba. Desse período fazem parte as tentativas da CIA de derrubar Castro como a invasão fracassada à Baía dos Porcos (1961) e aquele tido como o episódio mais delicado da Guerra Fria: a Crise dos Mísseis (1962). É nessa etapa também que os EUA rompem relações diplomáticas com Cuba e instituem o embargo econômico (1961/1962). Ocorre a expulsão de Cuba da OEA. As reações estadunidenses vinham também em resposta à nacionalização de empresas norte-americanas, e este movimento, assim como as disputas internas na ilha geraram fluxos de refugiados para os EUA, especificamente na Florida.

As pressões estadunidenses acabaram por forçar a abertura cubana ao “socialismo real” e seu alinhamento à União Soviética que, desde 1959, percebia na Revolução Cubana uma forma de aumentar sua presença na América Latina. Todavia, a ação soviética acabaria restrita à Cuba, devido à pressão norte-americana nas demais nações e a citada ingerência com apoio a golpes militares, e a breve iniciativa da Aliança para o Progresso de 1961 (ALPRO), que indicava a possibilidade de novas parcerias econômicas. Apesar do fracasso da ALPRO, a dimensão estratégica da luta contra o comunismo prevalecera, com os EUA sendo capazes de conter a revolução às fronteiras cubanas (GOTT, 2004). Cuba, contudo, desempenharia papel importante no treinamento e participação nas lutas de libertação nacional africana na década de 1970.

O razoável sucesso na contenção das revoluções americanas, e a permanência do embargo econômico, não impedia que nos EUA se mantivesse a percepção de fracasso diante de Fidel Castro. Devido ao apoio soviético, a Ilha podia sustentar-se e desenvolver-se, com foco na sua agenda social, tornando-se um modelo em setores de saúde, educação e esportes. Esta sensação era profunda nos setores conservadores dos partidos republicano e democrata. Isto se refletia na crescente influência de grupos de interesse anti-Castro na Flórida, formados, como citado, por refugiados.

De acordo com Gott (2004), a URSS desempenhou um papel crucial para a economia cubana, tornando-se responsável por fornecer quase todos os armamentos e o maquinário importados, e por absorver as exportações do açúcar cubano, antes destinadas aos EUA. Em meados da década de 1980, essa parceria foi abalada por um movimento de contestação castrista à reforma de Gorbachev, seguido pela busca de um socialismo autônomo. Essa fase foi apelidada pelo governo cubano como uma “retificação de erros” (GOTT, 2004), sinalizando o descolamento ideológico entre Cuba e o bloco soviético. Enquanto a URSS e o Leste Europeu introduziam reformas para afastar-se do socialismo, simbolizadas na URSS pela perestroika e pela glasnost (a reforma econômica e política), Cuba mantinha-se no socialismo real. Com a Queda do Muro de Berlim em 1989 e o desaparecimento da URSS em 1991, a situação político-econômica de Cuba enfrentaria ainda mais dificuldades.

O pós Guerra Fria e o início do novo século (1990-2008)

Os anos 1990 tornaram-se o marco da vitória e da prosperidade do bloco capitalista. Para Cuba, no entanto, tal prosperidade traduzia-se em crise e necessidade de revisão estratégica. Apesar do distanciamento ideológico de sua contraparte soviética, o país continuava dependente economicamente do bloco. Diante da crise da URSS e dos estrangulamentos provocados pelo embargo estadunidense, o governo Castro deu início, em 1990, ao chamado “Período Especial”. (GOTT, 2004)

De acordo com as novas diretrizes, além da austeridade e da centralização econômica, a ilha abriria exceções para a entrada do capital estrangeiro e/ou privado em alguns poucos setores. Apesar de surtir efeitos positivos na balança comercial cubana, a maior abertura do regime favoreceu o aumento dos fluxos de refugiados aos

EUA, gerando crises bilaterais. Tais crises somente foram resolvidas a partir do estabelecimento conjunto de um teto de cerca de 20.000 refugiados anuais, autorizados a entrar nos EUA. Este movimento foi fundamental para fortalecer o lobby anti-Castro nos EUA.

O crescimento deste grupo de interesse converteu-se na aprovação de dois conjuntos de leis, respectivamente em 1992 e 1996, responsáveis por estrangular e isolar ainda mais a ilha economicamente, por meio da instauração de obstáculos ao comércio e aos investimentos estrangeiros destinados a Cuba. Essas leis ficaram conhecidas como “Lei de Torricelli” e “Lei Helms-Burton”, sendo a primeira aprovada por iniciativa democrata e a segunda por mobilização republicana no Congresso americano (GOTT, 2004). Ambas foram criticadas pelo governo cubano e pela comunidade internacional.

Cuba foi excluída pelos EUA, apesar dos protestos dos países latino-americanos, das duas propostas de integração regional elaboradas para o hemisfério: a Iniciativa para as Américas (IA) e a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Trazidos pelos governos republicano de George H. Bush (1989/1992) e do democrata Bill Clinton (1993/2000), estes projetos eram sustentados nos pilares da democracia e da boa governança, do livre comércio e do neoliberalismo do Consenso de Washington. Apresentados como prova do início de uma “era de novas relações hemisféricas” no contexto pós-bipolaridade baseados na cooperação, os arranjos estabeleciam uma “política de boa vizinhança” e foram anunciados como o fim da Doutrina Monroe.

Porém, o que se observava era a reestruturação da forma como os EUA reafirmavam poder em sua zona de influência, alterando táticas para impedir o avanço de poderes intrarregionais e extrarregionais (a nascente União Europeia e o Japão). No caso de Cuba, nenhuma das iniciativas alterava as relações “congeladas” em 1959, muito pelo contrário, apenas se reforçava a visão de que a ilha somente poderia ser uma nação membro do hemisfério se passasse por um processo de redemocratização.

Nem este processo ocorreu por pressões externas e nem o “pacote regional” dos EUA teve sucesso. Afinal à exceção do Acordo de Livre Comércio EUA, Canadá e México (NAFTA) e de tratados bilaterais com nações como Chile, nem IA ou ALCA foram implementados. No que se refere à Cuba, nem a visita do Papa João Paulo II em 1998 à Ilha teve efeitos na política dos EUA. O biênio 1999/2000 foi marcado por uma crise bilateral, gerada pela deportação do menino Elian Gonzales para Cuba, para ser reunido com seu pai. Elian havia sido levado pela mãe em um bote à Florida, sem autorização, mas a mãe falecera no percurso. Iniciou-se uma batalha judicial entre os familiares da mãe residentes em Miami e o pai em Cuba, com ganho de causa ao pai. O episódio teve forte exploração midiática, por pressões do lobby cubano, e foi rapidamente esquecido quando Elian retornou à Cuba.

As tensões se intensificaram no século XXI, a partir dos ataques de 11/09 e a declaração da Guerra Global ao Terror de George W. Bush. Como demonstrado por Pecequillo (2011), o presidente americano foi enfático ao declarar a existência, de um “Eixo do Mal latino americano”, composto por países que à época possuíam governos de esquerda, como Cuba e Venezuela. Este governo ficou conhecido pelas práticas de tortura em prisões norte-americanas, dentre as quais as instalações de Abu Graib no Iraque e a base de Guantánamo em Cuba.

A administração Bush Jr. foi marcada por arrochos nas sanções econômicas e pressões à Cuba, incluindo tentativas de ingerência interna que forçaram o governo a aumentar a repressão a grupos anti-Castro (isso não impediu a cooperação em episódios de tragédia humanitária como o furacão Dennis de 2005). A mesma prática norte-americana se estendia à Venezuela. Como indicado, com a desintegração da URSS e o pós-Guerra Fria, Cuba perdera importante fonte de sustentação econômico-político-estratégica, e buscara alternativas para compensar esta perda.

Do lado norte americano, o fracasso nas negociações de integração provocou um recuo. Diante desse vácuo, emergiram ideais de política externa autônomos, trazidos por Brasil e Venezuela (governados por Luis Inácio Lula da Silva e Hugo Chávez), que encontraram na promoção das relações sul-sul e da cooperação regional alternativas aos EUA. Nesse contexto, são lançadas iniciativas de integração como a ALBA (Aliança Bolivariana

para as Américas), a UNASUL (União de Nações Sul Americanas) e a CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos), antecidos pelo reforço do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a Integração da Iniciativa Regional Sul-Americana (IIRSA). A região passa a estreitar contatos com potências emergentes como China e Índia, no âmbito da Cooperação Sul-Sul. Para Cuba, a participação nos mecanismos de cooperação, a parceria com aliados regionais (com destaque para a Venezuela) e a abertura aos novos polos representava uma elevação de autonomia e oportunidades (PECEQUILO e CARMO, 2015).

Em 2008, Fidel Castro declara seu afastamento da presidência por conta de problemas de saúde, processo iniciado em 2006, entregando-a a seu irmão, Raul. Apesar de despertar questionamentos sobre o futuro do regime, a transição não gera mudanças nas relações bilaterais. Essas últimas só começam a ocorrer no governo do democrata Barack Obama.

Retomada e Descongelamento (2009/2014)

A retomada da legitimidade e da credibilidade da hegemonia dos EUA, pós-unilateralismo de Bush filho, escândalos de tortura e abusos de direitos humanos, a reconciliação com o multilateralismo e o descongelamento de políticas foram algumas das plataformas de Obama em sua campanha eleitoral de 2008. À sombra da crise econômica global e da recessão norte-americana, Obama buscava recuperar espaços perdidos e criar um novo rumo. Cuba, no caso, inseria-se como um dos países a serem contemplados pela pauta do descongelamento, assim como o Irã e a Coreia do Norte.

Apesar do forte apoio doméstico, o primeiro mandato de Obama teve que abandonar esta política de descongelamento, uma vez que os grupos de interesse contrários à reconciliação demonstravam ampla oposição a qualquer medida de negociação. A pressão da retomada econômica e a necessidade de enfrentar os desafios das guerras do Afeganistão e Iraque finalizadas em 2011 e 2014, impediram iniciativas mais decisivas. Por esses motivos, a agenda hemisférica foi inicialmente tímida e apoiada em poderes regionais com o Brasil, definido como “nova esfera de influência”.

A retomada das relações diplomáticas com Cuba no fim de 2014 faz parte do processo mais amplo de ofensivas políticas globais, regionais e internas do governo Obama (por isso a sua classificação *intermestic*). Em termos globais e regionais, o processo detém duas dimensões: a do descongelamento das interações com nações ditas “inimigas” (“párias”, *rogue states* no original), buscando cooptá-las para afastá-las de parcerias com outras potências e enfraquecendo seu discurso de autonomia. A ação em Cuba muito se assemelha à negociação com o Irã para a interrupção de seu programa nuclear, e permite um reposicionamento estratégico dos EUA. A segunda dimensão refere-se a incentivar ofensivas políticas positivas em questões controversas, colocando em xeque críticos das posições norte-americanas, esvaziando iniciativas de outras potências.

Globalmente, a ação em Cuba agrega-se a outras ofensivas na Ásia e na Europa. Na Ásia, Obama lançou em 2011 o projeto da Parceria Transpacífica (TPP), que visa a contenção do poder da China a reafirmação do poder norte-americano no pivô asiático. Na Europa, além das negociações da Parceria Transatlântica (TPPI), que engloba a formação de uma zona de livre comércio e de investimentos entre os EUA e a União Europeia, foi realizada uma ofensiva contra a Rússia a partir da Ucrânia.

No hemisfério, é a reafirmação da zona de influência *vis a vis* o crescimento da Venezuela, o Brasil e a China. A ação de Obama aproveita um momento de introversão de Venezuela e Brasil na segunda década do século XXI, para reocupar espaços perdidos com os projetos de integração regional anteriores. Na Venezuela, a morte de Hugo Chávez, a ascensão de Nicolás Maduro à presidência em cenário de polarização política, crise econômica derivada da queda dos preços do petróleo, diminuiu (quase eliminou), a capacidade de projeção externa do país.

O Brasil optou por uma política externa de baixo perfil no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011/2014), que levou a um recuo regional e global. Apesar da manutenção de projetos com Cuba como a construção do Porto Mariel, inaugurado em 2014, e de parcerias como o programa “Mais Médicos”, ocorre uma diminuição de intensidade e recursos na liderança brasileira. A sinalização inicial do segundo mandato de Dilma (2015), em meio à crise econômica e pressões políticas relacionadas a Petrobras, sugere que, pelo menos no curto prazo, haverá a manutenção desta tendência.

Dos três parceiros preferenciais de Cuba no século XXI, apenas a China manteve a sua ofensiva, com a criação do Fórum China-CELAC, e o aumento de investimentos e parcerias bilaterais estratégicas como setores de energia e alimentos com países sul-americanos. Em Julho de 2014, o Presidente Xi Jinping fez um *tour* abrangente pela região antes da reunião dos BRICS em Fortaleza, reafirmando o compromisso chinês com investimentos e projetos de infraestrutura. O Presidente da Rússia, Vladimir Putin realizou ação similar, sem os mesmos recursos. A ação sino-russa afeta não só os interesses dos EUA, mas os do Brasil, que enfrenta dificuldades para reagir.

É preciso mencionar que estas ações em Cuba não ocorrem de forma isolada ou são as primeiras regionalmente. Elas se somam a projetos colocados como o avanço das negociações de tratados bilaterais na América do Sul, o apoio à criação da Aliança do Pacífico (Chile, Colômbia, México e Peru), de caráter livre cambista e a militarização do Atlântico Sul (reativação da Quarta Frota do Atlântico Sul e o reforço dos Comandos militares do Sul e da África- USSOUTHCOM e USAFRICOM). As ações em Cuba possuem tanto uma lógica própria, como de manutenção de poder global.

Esta agenda encontra-se sistematizada na nova Estratégia de Segurança Nacional (NSS, 2015). Em comparação à anterior, a NSS 2015 confere maior destaque ao hemisfério na seção “*Deepen Economic and Security Cooperation in Americas*”. O título anuncia as metas de integração econômica e militar citadas. Também há um reforço dos objetivos de promoção da democracia e da governança, com ênfase para os Estados centro americanos e o caso colombiano. É exatamente nesse quesito que a reaproximação com Cuba é alocada, surgindo como “(...) *a way that most effectively promotes the ability of the Cuban people to determine their future freely.*” (p. 28) O Brasil, porém, perde espaço, como resultado combinado de seu baixo perfil e da contrarreação hegemônica.

No que se refere à ofensiva doméstica, a questão cubana possui dimensões de contenção e cooptação de grupos de interesse, visando o fortalecimento do Partido Democrata, com foco nas eleições presidenciais de 2016. Ainda que Obama não possa mais concorrer, uma vez que se reelegeu em 2012, há um rearranjo nos quadros democratas e de moderados republicanos para impedir o retorno dos neoconservadores ou a chegada de um democrata “intervencionista” na Casa Branca.

Em termos de contenção, portanto, o foco é na diminuição do poder do *lobby* cubano, enfraquecendo os grupos de interesse anti-Castro na Florida. Esta ação afeta o movimento conservador diretamente, pois o fator Cuba é explorado nacionalmente, e não somente neste estado. A cooptação é do crescente eleitorado hispânico jovem, que não viveu a Guerra Fria e se encontra integrado ao modo de vida americano. A outra dimensão tática de cooptação, que antecede a decisão referente à Cuba, é a apresentação da nova lei de imigração para legalização de ilegais que vivam no país a mais de cinco anos. Os democratas reafirmam seu compromisso com o eleitorado hispânico e com a modernização e descongelamento de pautas.

Considerações Finais

O processo de reatamento das relações EUA-Cuba faz parte de uma ofensiva interna e externa realizada pelo Partido Democrata, para atrair o eleitorado hispânico e fortalecer a projeção regional e global do país. Trata-se uma ofensiva do governo de Barack Obama para o reposicionamento estratégico de forças domésticas

e externas. Como agenda *intermestics*, Cuba surge como um tipo ideal de ação para pressionar poderes intra e extrarregionais e grupos de interesse. Obama age de forma pragmática, assim como também o lado cubano. Regionalmente, a expectativa passou a ser elevada para a próxima Cúpula das Américas prevista para o primeiro semestre de 2015. Resta saber se este pragmatismo criará raízes ou continuará a encontrar obstáculos no ideário conservador estadunidense, impulsionado pelos grupos de interesse anti-Castro da Florida.

Referências

- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009. (VERSÃO KINDLE).
- GOTT, Richard. *Cuba: uma nova história*. Rio de Janeiro: 2004.
- LOWENTHAL, Abraham. *Partners in conflict*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1987.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A política externa dos Estados Unidos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.
- _____. *Os Estados Unidos e o Século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier. 2013.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu e CARMO, Corival Alves do. *O Brasil e a América do Sul: relações regionais e globais*. Rio de Janeiro: Ed. Altabooks.
- SMITH, Peter. *Talons of the eagle*. OUP: NY. 1996.
- THE WHITE HOUSE. *National Security Strategy. Washington, 2010*. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/rss_viewer/national_security_strategy.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2013.
- THE WHITE HOUSE. *National Security Strategy. Washington, 2015*. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/docs/2015_national_security_strategy.pdf> . Acesso em: 12 fev. 2015.

Resumo

Após mais de meio século, Estados Unidos e Cuba sinalizaram, em 2014, o reatamento de suas relações diplomáticas. Diante da importância desse acontecimento, o artigo visa analisar as perspectivas para a relação bilateral e seus impactos regionais, globais e domésticos, tomando por base seus antecedentes históricos.

Abstract

After almost half a century, in 2014, the United States and Cuba indicated the revival of their diplomatic ties. Due to the relevance of this agenda this article aims to analyze the prospects of this bilateral relation and its regional, global and domestic impacts, starting from a brief analysis of its historical features.

Palavras Chave: Política Externa dos Estados Unidos; Cuba; América Latina

Key words: US Foreign Policy; Cuba; Latin America

Recebido em 06/02/2015
Aprovado em 28/02/2015